

 "Quão Difícil Nos Temos Movido"	Comissão Permanente do Ramo – Armada ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS Julho de 2010	 <small>Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.</small>
	 BOLETIM	

NOVO SISTEMA RETRIBUTIVO? NÃO! VELHOS PROBLEMAS RETRIBUTIVOS.

O Sistema Retributivo (SR) das FFAA a vigorar desde 01JAN10, estatuído pelo DL 296/09 de 14OUT09, com referência explícita à Lei n.º 12-A/2008, de 27FEV - estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas (a tal que não seria para aplicar aos militares, mas que se aplica em dezenas de artigos) -, juntamente com a Portaria n.º 1553-C/2008 de 31DEZ – que aprova a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas -, **criaram uma coisa** a que os camaradas começaram a chamar, esperançosamente, **novo sistema retributivo**.

A ANS, em devido tempo e logo que teve conhecimento do que se preparava (em AGO09, e em DEZ09, e em FEV10, e pessoalmente nas audiências com o SEDNAM e o próprio MDN), defendeu sempre que nunca se deveria avançar para uma revisão/remodelação do SR dos militares sem cumprir dois aspectos fundamentais:

- **Resolver todos os problemas existentes com o SR em vigor (DL 328/99 de 18AGO)**, após o que se poderia partir, numa base sã e estável, para a elaboração dum novo sistema; e
- **Chamar as Associações Profissionais Militares, nomeadamente a ANS, para fazerem parte dos trabalhos que desenhariam a estrutura desse novo SR**, dando cumprimento ao estabelecido na Lei Orgânica 3/2001 de 29AGO - **Lei do direito de associação profissional dos militares** -, nomeadamente no seu art. 2º - **Os direitos das associações** – alínea b) **‘Ser ouvidas sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados;’**.

E o que é que aconteceu? Apesar dos avisos, apesar dos pedidos de suspensão do malfadado *novo velho* SR, não participámos nos trabalhos e seguiu-se em frente! E quais foram os resultados de tal obstinada e cega demanda? Para não sermos exaustivos:

- Ainda antes da sua entrada em vigor, já tínhamos uma série de camaradas mergulhadores e dos submarinos (mas com implicações para todos os militares que percebem suplementos/gratificações remuneratórias por funções de

risco, penosidade e insalubridade) a requererem a passagem à Reserva, por via do art.º 15º, que lhes retiraria direitos adquiridos. Esse artigo foi **suspenso**, quando a *avalanche* de requerimentos era já imparável, através de um despacho de que ninguém sabe o poiso: nem publicação em DR, nem em OA's, nem OP's, nem nada. É um despacho fantasma. Mas o artigo ainda lá está! Não foi expurgado, por isso é bom que andemos atentos em tempos de crise e PEC1, 2 e ...;

- A lista ordenada dos 1SAR da Armada referentes a 31DEZ09, que permitiria regularizar a situação no próprio ramo e nos outros dois Ramos reposicionar legalmente as remunerações, por via dos diferenciais, aos camaradas 1SAR desses Ramos, não foram publicadas até hoje. Assim sendo, faltou mais uma das condições iniciais imprescindíveis ao arranque, digamos, *menos coxo* do SR actual;
- A listagem de reposicionamento na nova tabela remuneratória, publicada em OP2/057/24MAR10, é uma trapalhada tal que, apesar de publicada com quase 3 meses de atraso, não inclui uma coisa tão simples como seja a data de promoção dos militares aos postos que tinham em 31DEZ2009, inviabilizando assim as comparações com camaradas doutros Ramos, os quais publicaram também as suas listagens. Em vez disso aparece uma coluna com 'tempo por meses' (na posição remuneratória - PR), para pôr a malta a fazer contas. Claro que um olhar, não necessariamente muito cuidado, detectou imediatamente injustiças e incoerências, que já expusemos em muitos locais e junto de muitas entidades (ver, por exemplo, o Memorando do DESL da ANS - Aplicação do novo sistema retributivo, de 30MAR10, em www.ans.pt);
- Depois da publicação em DR da promoção do camarada Branquinho, do Exército, a 2SAR, a contar de 15JAN (ver notícia noutra peça deste Boletim), dezenas de camaradas 2SAR da Armada promovidos em data anterior (nomeadamente os de 01OUT08 e de 01OUT09), vendo que auferiam menos que esse camarada mais moderno, requereram passar a vencer pela PR 16. Até hoje, de balde. Nem respostas lhes deram;
- Em OP2 foi publicada a promoção a SAJ do camarada 1SAR L Algarvio, a contar de 11JAN10, e a do camarada 1SAR B Água, a contar de 28FEV10. Até à data não se conhece publicação em DR destas duas promoções (que saibamos, as únicas promoções de Sargento do QP com datas de 2010). Contudo, elas foram publicadas em OP2, logo, há que colocar estes camaradas na PR 22 e *arrastar* todos os camaradas SAJ, na Armada e nos outros Ramos, que ainda estejam nas famosas NRAC inferiores aquela PR. Continuamos à espera, mas não estamos sentados;

Continua na última pág.



Vamos falar dos Conselhos de Classes de Sargentos (CCS) e da Comissão Consultiva Permanente de Sargentos da Armada (CCPSA)



No dia 12NOV2009 realizaram-se as eleições para os CCS e no dia 13JAN2010 as eleições para a CCPSA. Estes actos eleitorais são de extrema importância para os Sargentos da Armada.

No caso dos CCS, estabeleceu-se que os mesmos se organizem por classe, permitindo que os mais capazes e os mais competentes sejam eleitos para representar os sargentos neste Conselho (a composição dos CCS tem uma maioria de Sargentos), de extrema importância para a carreira dos camaradas, em que se decide o ordenamento para promoção dos Sargentos nas diversas Classes.

Assim, alguns camaradas mais preocupados com a categoria de Sargento e com a Classe a que pertencem, elaboram uma lista de nomes e propõem-na para que o ordenamento e as consequentes promoções sejam o reflexo da competência, justiça e antiguidade dentro de cada classe.

No caso da CCPSA, também pelo trabalho de camaradas atentos e interessados nas condições em que os Sargentos da Armada desempenham as suas funções, seguem um processo semelhante, colocando à nossa disposição um conjunto de sargentos para nos representar e levar os nossos problemas, aspirações, etc., à Chefia, através das reuniões com o CALM DSP.

Não obstante o esforço de alguns, mais sensíveis à importância que estes conselhos podem ter na vida e na carreira de todos nós, nas últimas eleições realizadas para aqueles órgãos verificou-se um elevado nível de abstenção, como aliás se tem vindo a verificar nos últimos anos.

Porquê? Poderemos sempre encontrar mil e uma desculpas para tal ocorrência, mas certamente que de entre os muitos argumentos avultarão os respeitantes à própria atitude das chefias e comandos da Marinha. Um dos factores será a pouca ou nenhuma divulgação que os Comandos fazem nas unidades. Na prática, é publicado em OP2 e pouco mais... e quando chega a hora é o que se vê.

Tudo isto melhoraria se o regulamento destas comissões permitisse a constituição de listas de candidatos e se votássemos em listas em vez de votarmos em nomes isolados: **a administração da Marinha tem medo do quê?**

Qual é então o interesse destes Conselhos e da Comissão? Ambos, o CCS e a CCPSA são conselhos do SSP para assuntos da área do pessoal. Os CCS, um por classe que tem por missão avaliar se cada um dos sargentos reúne as condições gerais de promoção, e caso afirmativo ordená-los para promoção, e um constituído pelos SMOR nomeados por inerência que reúne excepcionalmente para aferir casos em que a folha de assentos do militar contenha factos geradores de dúvidas sobre se aquele reúne ou não as condições gerais de promoção.

A Comissão Consultiva, criada em 1989 em vésperas da fundação da ANS na tentativa de esvaziar o interesse e importância do associativismo socioprofissional entre os sargentos, veio precisamente dar voz aos militares, militarizados e civis da Marinha um órgão de consulta para os assuntos relativos ao bem-estar e aos problemas socioprofissionais existentes, reconhecendo assim que o canal hierárquico não era eficaz.

A Comissão reúne de dois modos distintos, uma em comissão de trabalho, constituída por todos os sargentos seus membros, eleitos e nomeados, coordenada pelo seu coordenador, um SMOR nomeado pelo SSP, e enquanto Comissão Consultiva, convocada pelo seu presidente SSP ou DSP quando aquele delegue essa função.

De então para cá aquela Comissão tem tido um funcionamento irregular por parte dos seus presidentes, os SSP, no início e com os DSP desde há alguns anos a esta parte. Para contornar esta dificuldade de funcionamento, os sargentos desde cedo se habituaram a reunir em comissão de trabalho convocada pelo seu presidente, elaborar Memorandos ou ofícios, com as queixas e as propostas recolhidas, que no fim de cada reunião eram aprovados e encaminhados para o SSP, que chegou a passar um ano completo sem convocar uma reunião: assim, reunindo ou não com o seu presidente os problemas e as soluções eram apresentadas por escrito.

Muitos problemas ao longo destes 21 anos foram resolvidos por esta via (por ex.: o estatuto do trabalhador estudante, RGSUE, escalas de serviço, alojamentos,...). Nunca mais um responsável da Marinha pode dizer que desconhecia tal ou tal problema, pois os documentos da CCPSA, após enviados, eram distribuídos pelas unidades para conhecimento de todos.

São dois instrumentos de defesa dos direitos e interesses dos Sargentos que devem ser mantidos pelos que mais podem beneficiar da sua acção quando guarnecidos pelos mais sérios e corajosos de entre nós: saibamos elegê-los!



Habitabilidade ou a ausência dela?

Habitamo-nos ao longo dos anos que servimos na Armada, a assimilar com os camaradas mais antigos o quão necessário é sermos insistentes e reivindicativos, para conseguirmos algo que melhore a nossa qualidade de vida a nível profissional.

Esta conduta que se aplica e nos serve, quando se trata de assuntos mais abrangentes, como os que movimentam e motivam o interesse individual ou de um pequeno grupo, ou quando se trata de questões que envolvem um colectivo de camaradas, como seja o caso da habitabilidade dos espaços nas unidades, de que os Sargentos da Armada dispõem.

E com essa persistência na denúncia e na exigência de melhores condições, nas CBE, na CCPSA e fora dela, de todos os modos possíveis, fomos responsáveis ao longo dos anos, pelo aparecimento de melhores condições de higiene e de habitabilidade nas unidades da Marinha, Navais e em Terra, mas infelizmente tem-se notado com alguma frequência um retrocesso significativo nesta matéria, o que em nada dignifica a instituição nem os homens que a servem.

Se na maior escola profissional do País (ETNA) e no centro de comunicações CCDCM, construído recentemente, para citar só dois exemplos, das deficiências e a falta de condições para os militares que lá prestam serviço, nas instalações navais de Alcântara estas não são melhores, especificamente as condições de habitabilidade das instalações dos sargentos.

Em Alcântara as deficiências são de facto muitas e extensas, desde o espaço dos vestiários, demasiado pequeno para tantos camaradas, casas de banho pouco dignas e deficitárias ao nível de equipamentos, aspecto e limpeza, sala de estar e de televisão com a maior parte dos sofás completamente rasgados, dando uma imagem de local abandonado, móveis onde poderiam estar, eventualmente, alguns livros, completamente vazios, mesas partidas e uma decoração deprimente a necessitar urgentemente de melhores dias.

Na messe também podemos verificar algumas lacunas, por vezes falta de toalhas, falta de sabão líquido, não existem garrafas (jarros) de vinho e de água/sumo em cima das mesas, não existe ar condicionado, o local há muito que necessita de obras, o aspecto é deplorável.

Podemos questionar-nos sobre a responsabilidade de todas estas deficiências, temos consciência da actual crise, mas para quem conhece a unidade e já lá prestou serviço, sabe que estas coisas não são novas: aqui a crise já é velhinha! E tem responsáveis.

Ao levarmos todos estes problemas ao conhecimento dos nossos camaradas, também por esta via, acreditamos que alguma coisa possa ser alterada, de modo a dignificar a nossa condição social e humana.

A Marinha e os seus Sargentos merecem concerteza muito melhor!

QUE DISCRIMINAÇÃO POSITIVA?



A situação dos militares graduados asilantes tem vindo a degradar-se com o passar do tempo na Armada. Há alguns anos atrás todos os sargentos que prestavam serviço na Marinha tinham alojamento para pernoitar na unidade. Com a construção da Messe Residencial na Base Naval de

Lisboa, verificou-se o encerramento de vários alojamentos e, para os militares asilantes que servem nas unidades da área, o consequente deslocamento para aquela nova instalação.

Até ao dia 15 de Fevereiro de 2010, os militares asilantes com direito a suplemento de residência pagavam € 0,95/dia; os que não tinham direito ao mesmo suplemento pagavam € 3,51/por dia. Em 15 de Fevereiro de 2010 apareceu a chamada “Discriminação positiva”, um princípio que estipulava que todos os militares alojados na Messe Residencial começariam a pagar por igual. Assim, quem tinha direito ao suplemento de residência teve aumentos de cerca de 400%! Actualmente o quarto custa € 3,80/dia o que representa um valor de € 114,00/mês ou € 117,80/mês (consoante o mês). Quem quiser estar num quarto sozinho paga o dobro.

Este valor é superior ao aluguer dum quarto para um estudante universitário, no centro de qualquer cidade do país, com direito a recibos, para dedução em sede de IRS, por exemplo, o que não acontece com os pseudo-recibos que são entregues aos militares alojados na Messe Residencial.

Pergunta-se: será discriminação positiva que um militar colocado na ETNA, na Escola Naval, Base de Fuzileiros ou num Navio, para referir algumas Unidades, receba, para todos os efeitos e feitas as contas, cerca de € 120/mês a mais que militares colocados na DN, CITAN, BNL, etc.? Acontece ainda que, devido às várias interpretações da Lei, um militar colocado a mais de 120 Km da sua residência recebe cerca de € 1,3/dia de Suplemento de Residência e, após aparecer a dita discriminação positiva, paga para dormir na Messe Residencial € 3,8/dia.

Para agravar o quadro atrás descrito, passa-se também uma situação irregular. Um militar ao chegar à Messe residencial, antes de 15 de Fevereiro de 2010, era informado de que ficava a pagar o valor máximo, e que, assim que lhe fosse atribuído o suplemento de residência, depois dos demorados processos burocráticos e de muitos casos com recurso aos Tribunais, ser-lhe-iam devolvidos os montantes cobrados em excesso. Mas não foi o que aconteceu.

A Direcção da Messe elaborou mapas de devoluções, e exarou um despacho para informar os utentes que o dinheiro a repor não seria pago imediatamente, antes sendo descontado em prestações nos montantes que cada militar paga mensalmente até a dívida ser saldada! Saliente-se que há dívidas com cerca de dois anos que ainda não foram saldadas e que se está a falar de milhares de euros. Será que esta é mais uma forma de os militares contribuírem para o financiamento da Instituição? **Será que estamos na presença de mais um dos famosos sacos azuis?** E o que acontecerá quando um militar sair da Messe Residencial, por destacamento ou passagem à situação de Reserva por exemplo, sem todas as devoluções efectuadas?

POUPANÇA DE ÁGUA

Algumas unidades da margem sul – ETNA, Base de Fuzileiros, Centro de Comunicações da Marinha (CCDCM) e Centro Operacional de Rede da DITIC – têm sentido ultimamente, como vem sendo norma nos últimos anos, falhas no abastecimento de água.

Esta provém de furos na zona da Ponta dos Corvos que já não conseguem suprir as necessidades dos seus utilizadores. Face a esta situação alguns comandos têm alertado as suas guarnições para a necessidade de moderação no consumo deste bem essencial, tomando a liderança, como lhes compete, na protecção deste recurso necessário ao funcionamento das unidades que comandam.

Apela-se também à colaboração de todos os camaradas destas unidades na poupança de água com aquelas práticas e gestos dos quais já



todos ouvimos falar mas que, por vezes, nos esquecemos: **fechar a torneira enquanto nos ensaboamos ou barbeamos, usar a descarga mínima dos autoclismos que o permitam, tomar banho o mais rapidamente que for possível, assegurando-nos sempre que os chuveiros ficam desligados ao terminar.**

Participar aos serviços competentes todas as fugas ou desperdícios de água de que tomemos conhecimento – olhar para o lado ou escondermo-nos atrás do habitual “*não me compete a mim fazê-lo*” é, neste caso, algo que prejudica o serviço, o camarada do lado (o que já seria suficientemente grave) mas também o nosso próprio bem estar.

É claro que aos comandos também competirá um pouco mais do que alertar para a necessidade da poupança de água: o empenho e cuidado de todos não serão suficientes para resolver totalmente este problema.

Compete-lhes, p. e., dar aos serviços envolvidos as condições para minorar as perdas de água tanto no transporte entre os furos e o depósito como nos próprios ramais que depois abastecem as várias unidades; **mandar analisar a água garantindo a sua qualidade o que nem sempre acontece, vejam-se as diarreias no pessoal...**

Porém, nem sempre os serviços têm a celeridade que se imporia de acordo com o MEMO do 2COM da ETNA e ameaçando que se não houvesse poupança teria que se cortar noutra lado e ordenando que todos os pontos de desperdício fossem comunicados de imediato aos serviços competentes; ora pelo menos três torneiras e dois fluxómetros que perdem água 24 horas por dia na Messe de Sargentos, com o pedido de reparação formulado muito antes do e-mail do 2COM, e continuam por reparar. Pois é... na teoria é tudo muito bonito...

Seria importante dar o exemplo cortando os gastos de água em utilizações não prioritárias como, mais um exemplo, na rega de relvados: um prazer para os olhos, sem dúvida, mas verdadeiros sorvedouros de água.

Como estamos em zona mediterrânica seria mais aconselhável se estes espaços ajardinados tivessem plantas autóctones menos exigentes de água e também bonitas.

Finalmente, não se pode esperar que aumentando consideravelmente os efectivos de uma unidade onde esta questão já existia, ela não aumente na mesma proporção. Ao juntar mais pessoas no mesmo local não chega conseguir-lhes alojamentos e locais de trabalho, impõe-se também o reforço logístico, incluindo o abastecimento de água, transportes e energia.

A actual ETNA deverá consumir quase tantos recursos como consumiam os seus pólos do Alfeite e de Vila Franca de Xira. Alertámos muito antes de a junção se ter consumado: **não houve planeamento, foi?** Não mandaram abrir mais furos, nem fizeram acordo com as câmaras de Almada ou Seixal: **porquê?**



N.R.: Já a fechar esta edição soubemos que o MDN visitou a ETNA, e, nesse dia para a messe de oficiais estar mais fresca, ligaram aspersores de água sobre o telhado do edifício num desperdício lastimável e hipócrita!

ALAGAMENTO NA MESSE DE SARGENTOS DA ETNA

Uma avaria da caldeira de aquecimento de água sita no 1º piso da Messe ocorrida no Natal alagou alguns quartos. Feito o pedido de obra nessa altura, o camarada mais antigo, crédulo, supunha que «a situação estava a ser tratada». No entanto continuam: os tacos do chão soltos criando zonas que não aspiradas apesar de acumularem lixo; o pó que se levanta de cada vez que se circula nessas zonas; os “tropeções” com risco de queda; e um cheiro desagradável.

Perante a inércia dos intervenientes, um camarada diligenciou através da cadeia hierárquica até a situação chegar ao conhecimento do 1COM, que se inteirou «*in loquo*».

Já passou mais de meio ano e nada foi feito, nem uma palavra relativa a este assunto. Reconhecemos o esforço e melhoramento efectuados na ETNA a nível de condições de habitabilidade para os alunos e parte da guarnição, no entanto os Sargentos foram esquecidos.

Estamos a mais? A escola funcionaria sem nós? Continuaremos a lutar pelo “alojamento condigno” referido no EMFAR!

Dois palavras para reflexão: RESPEITO, DIGNIDADE.



O EXEMPLO DA VITÓRIA

Com a entrada em vigor, em 01JAN10, do DL 296/2009, conhecido como novo sistema retributivo (NSR), foram estabelecidos mecanismos de arrastamento, por promoção, para a as Posições Remuneratórias (PR) nele estatuídas. É letra de Lei (n.º 3 do 31.º artigo) que *'Quando da aplicação conjugada das regras de reposicionamento,[...], com as regras de promoção e progressão estatutariamente previstas, resulte, pela primeira vez, uma situação em que um militar transite para posição remuneratória igual ou superior a militares do mesmo posto e maior antiguidade, estes, por despacho do respectivo Chefe de Estado -Maior, transitam para a mesma posição.'*

Ora, em DR - II Série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, foi publicada a promoção ao posto de 2SAR RC do FUR RC 609, NIM 01029301, Bruno Marques Branquinho, ficando a antiguidade deste camarada do Exército a contar desde 15 de Janeiro de 2010, tendo sido posicionado na 1.ª PR (16) do posto de 2SAR. Assim sendo, após um trabalho assertivo da ANS e dos seus advogados, elaborou-se um requerimento com o objectivo de posicionar nessa PR todos os camaradas 2SAR mais antigos, nomeadamente os da ARMADA (ARM) e da FORÇA AÉREA (FAP), onde não houve promoções em 2010 até à data.

Na ARM, usando os tradicionais mecanismos de desmobilização e ameaça, os requerimentos foram sendo entregues, poucos e a conta gotas. Mesmo assim houve dezenas de camaradas conscientes dos seus direitos e, com o apoio da ANS, conseguiram fazer chegar os documentos à chefia: quando eram as secretarias que demoravam o despacho dos comandantes, aconselhámos a enviar os requerimentos por correio, em carta registada com aviso de recepção; quando os camaradas se dirigiam aos processadores e eram desmotivados de requerer o que é justo e está na Lei, com *cantigas de embalar*, ou quando eram ameaçados com as consequências futuras, por ter no processo individual um requerimento desse tipo, para as suas ainda breves carreiras, os delegados nas Unidades fizeram um trabalho meritório de esclarecimento e apoio, para que os camaradas vencessem os receios e avançassem com os requerimentos.

Depois, subemos que os requerimentos já nem sequer seguiam o *protocolo burocrático* na Repartição, numa tentativa bacoca de evitar o registo da existência dessa aspiração justíssima dos camaradas 2SAR da ARMADA...

Na FAP as coisas correram melhor. Tenha sido por um melhor e mais produtivo trabalho associativo, tenha sido por maior consciência dos direitos de cidadania que nos assistem, a entrega de requerimentos foi massiva. E qual foi o resultado? Em 17JUN10, através de mensagem da Direcção de Pessoal daquele Ramo das FFAA, reconheceu-se que os camaradas tinham razão, que lhes iria ser pago o devido, com retroactivos e, muito importante, que **'5. FORAM RECEBIDAS [...] EXPOSIÇÕES[...]**'. Este ponto 5. demonstra duas coisas: **primeiro que vale, sempre, a pena lutar; depois, que o trabalho responsável da ANS e a adesão dos camaradas que ela representa às iniciativas que promove dão**

frutos e atingem os objectivos dos Sargentos de Portugal em terem um tratamento justo à luz da Lei. Juntos somos mais fortes!

Na FAP, esta decisão, entretanto já publicada em Ordem de Serviço, resultou inequivocamente da acção associativa. Para quem tem dúvidas sobre a imprescindibilidade do movimento associativo militar em Portugal, este é um exemplo paradigmático para acabar com elas.

Assim os camaradas rejeitem os medos atávicos em que alguns, poderosos, nos querem enredar, para que esperemos por melhores dias que nunca chegarão sem que lutemos, diariamente, em todo o lado, por esses melhores dias. Ficar sentado à espera nunca resolveu nada, nem irá resolver nunca. Por isso camaradas da ARMADA, vinde participar deste projecto grandioso, na defesa dos Sargentos de Portugal e da Família Militar: associai-vos na ANS.

Aos camaradas 2SAR dizemos: ainda estais a tempo de enviar o requerimento para serdes colocados na PR 16, como definido no DL do NSR. Fazei-o!



A ANS apoiar-vos-á sempre!

N.R.: Ao fechar esta edição tomámos conhecimento de que a acção de petições dos camaradas 2SAR do Exército e da FAP resultou em pleno e já terão os vencimentos actualizados pela PR16 em JUL, enquanto na Marinha, népia.

Até quando esta atitude discriminatória negativa e caduca da parte do CEMA?

Continuação da 1ª pág.

- Entretanto, camaradas 2SAR das classes ET e MQ, graduados em 2SAR e colocados na PR 16 com efeitos desde 1 de Janeiro de 2010, *retornam* agora aos NRAC dos postos da categoria de Praça. Também já em Junho, os 1SAR colocados, e bem, na PR 20 voltaram para o famoso NRAC, com a agravante de, por aumento da retenção na fonte para *adiantamento* do pagamento do IRS, virem a auferir menos do que o que recebiam em 31 de Dezembro de 2010. Estes *enganos* a favor dos PEC, pelos vistos, são mais fáceis de detectar e de corrigir...

Haveria muito mais a dizer. Contudo, o que acima vai já chega para ver que não podemos baixar os braços, camaradas. O trabalho da ANS tem sido duro, desenvolve-se em muitas frentes e contra muitas injustiças.

Esta, do **velho problema retributivo**, é uma das mais gritantes, ainda por cima porque, por razões economicistas, **prejudica fortemente a capacidade e autonomia das Chefias para gerir as nossas carreiras** (lembrem-se que ia ser logo em 2005 que haveria um novo diploma que as regesse?). E nós impávidos e serenos, a ver a Espanha ganhar o Mundial de futebol, não é? E as férias já estão aí, não é?

Mas os problemas não vão de férias, e é necessário fazer-lhes frente. A ANS não desistirá de lutar, mesmo em tempo de repouso, mas precisa de todos. De que é que estamos à espera?

DE QUE É QUE ESTÁS À ESPERA?

TRIBUNA PÚBLICA: QUE SAÚDE MILITAR! PARTICIPA E TRAZ UM AMIGO!

Promovido pelas ANS, AP, ANMM, ASPPM e COMIL
Lisboa, Largo de São Domingos pelas 18h00 do dia 21 de Julho